# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO (Do Sr. Cap. Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro Sidônio Cardoso Palmeira, responsável pela Secretaria de Comunicação Social Presidência da República, informações sobre as publicidades bilionárias do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro Sidônio Cardoso Palmeira, responsável pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, solicitação de informações sobre as publicidades bilionárias do Governo Federal. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) Considerando o expressivo aumento nos investimentos publicitários governamentais, que atingirão 3,5 bilhões de reais em 2025, como o ministério justifica este incremento em um contexto de restrições orçamentárias em outras áreas essenciais?
- 2) Quais são os critérios objetivos utilizados para mensurar a efetividade destes investimentos publicitários, e como o ministério avalia o retorno social destes gastos para a população brasileira?
- 3) As denúncias de favorecimento a agências específicas nas licitações, como ocorreu no caso suspenso pelo TCU em 2024, geraram







mudanças nos procedimentos do ministério para garantir maior imparcialidade e transparência nos processos?

- 4) Em que medida os investimentos em publicidade estão alinhados com a transformação digital do governo, e qual percentual destes recursos é direcionado para novos formatos de comunicação que atingem públicos mais jovens?
- 5) Como o ministério responde às críticas de que o aumento expressivo nos gastos publicitários estaria relacionado à queda de popularidade do governo e às preocupações eleitorais para 2026, em vez de priorizar a comunicação de serviços públicos?
- 6) Considerando o contexto atual de mudanças no consumo de mídia pela população, qual é a estratégia do ministério para equilibrar os investimentos entre mídias tradicionais e plataformas digitais nos contratos publicitários?
- 7) Existe algum mecanismo de controle social ou participação cidadã na definição das prioridades de comunicação governamental que justifiquem investimentos dessa magnitude?

#### **Justificativa**

Os gastos com publicidade do governo Lula, considerando ministérios, bancos e estatais, podem atingir a marca de 3,5 bilhões de reais em 2025, conforme publicação da Folha de S.Paulo. Este montante representa um aumento significativo de aproximadamente 1 bilhão de reais em comparação ao final da gestão de Jair Bolsonaro, quando os contratos publicitários somavam cerca de 2,5 bilhões de reais, em valores já corrigidos pela inflação.

É importante destacar que as cifras referentes ao último ano da administração Bolsonaro incluíam 83 milhões de reais gastos por empresas que posteriormente foram privatizadas em 2022, como a Eletrobrás e a Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco).







Os órgãos governamentais justificam esta expansão contratual como uma iniciativa para melhorar a transparência e a divulgação de informações sobre políticas públicas. No entanto, este aumento ocorre em um contexto de queda na popularidade do presidente Lula, que, preocupado com a possibilidade de não conseguir se reeleger em 2026, tem exercido pressão sobre o governo para demonstrar resultados mais concretos.

Um indicativo dessa preocupação foi a substituição, em janeiro de 2025, de Paulo Pimenta na Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência pelo marqueteiro Sidônio Palmeira, cuja principal missão é aprimorar a imagem governamental. O próprio presidente já declarou que "a eleição de 2026 já começou", sinalizando a importância estratégica da comunicação governamental.

A projeção de gastos com publicidade baseia-se em pelo menos 21 órgãos que já firmaram contratos com agências de propaganda ou abriram licitações. Quatro processos seletivos em andamento representam aproximadamente 700 milhões de reais adicionais. Entre estes, destaca-se a disputa pela conta dos Correios, avaliada em 380 milhões de reais.

A estatal postal, que havia reduzido seus investimentos em propaganda desde 2019, agora argumenta que precisa "reposicionar a marca" para competir no mercado nacional de encomendas e logística com multinacionais que investem fortemente em publicidade. Quando finalizado, o contrato dos Correios será inferior apenas aos do Banco do Brasil (750 milhões de reais), da Secom (562,5 milhões de reais) e da Caixa Econômica Federal (468,1 milhões de reais).

Em abril de 2024, O Antagonista revelou que o resultado da megalicitação promovida pela Secom, visando melhorar a popularidade presidencial, já era conhecido e favorecia agências com ligações ao PT. Esta licitação foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União em julho, após recomendação da área técnica. Posteriormente, com a saída de Pimenta, o TCU autorizou o governo federal a realizar uma nova megalicitação para gestão de redes sociais e serviços de comunicação digital.







Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 10 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO Deputado Federal / PL-AM



